



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Depoimento nº: 012	Data: 28/05/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 1h12min

COLABORADOR

ADA STELLA BASSI DAMIÃO - Consultora legislativa aposentada da Câmara dos Deputados. Assessora, pela Câmara dos Deputados, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte.

SUMÁRIO

Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação — CEDI.

TÓPICOS

1. Formação; 2. Ser mulher em um mundo masculino; 3. O primeiro emprego; 4. O trabalho no Ministério da Fazenda; 5. Brasília; 6. A vinda para a Câmara; 7. O trabalho na consultoria; 8. Seminário no Congresso Americano; 9. O posicionamento político do assessor; 10. O trabalho na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; 11. A composição da assessoria da Comissão; 12. As condições de trabalho; 13. A Subcomissão e a Comissão; 14. A assessoria aos políticos; 15. A pressões na Comissão; 16. A audiência da FEBRABAN; 17. 12% de juros; 18. Depois da Comissão; 19. A percepção da Constituinte; 20. A extensão da Constituição; 21. A Comissão e a Constituição; 22. A descentralização dos recursos; 23. A tributação e a Constituição; 24. Avaliação do trabalho da Comissão; 25. Avaliação da Constituição; 26. Avaliação do trabalho da Assessoria na Constituinte.

1. Formação

Estou muito feliz de estar aqui recordando esse momento muito importante para o nosso País. Eu cresci em Niterói e passei pelo serviço público em várias repartições, como o Ministério da Fazenda. Depois, vim para a Câmara. Minha formação inicial foi em Niterói onde cursei Matemática e Física. Só bem mais tarde fiz Direito. Meu pai¹ era um professor de

¹ Achille Bassi (1907-2014), matemático italiano, veio para o Brasil em 1939 para lecionar na Universidade do Brasil, atuando também na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, a Escola Nacional



Matemática italiano e foi convidado pelo Governo brasileiro para vir para cá. Ele ajudou a criar o Departamento de Matemática na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), numa escola em Ouro Preto, em Minas Gerais, e na Universidade de São Paulo (USP) de São Carlos. Ele percorreu este Brasil de várias formas, inclusive deu uma contribuição grande à Universidade do Maranhão, em São Luís. Naturalmente, a Matemática era uma coisa bem familiar a mim, foi uma coisa mais ou menos natural. Depois, diante das necessidades do mercado - inclusive, no Ministério da Fazenda, eu estava inserida numa área em que o Direito era muito importante - decidi me dedicar ao Direito já aqui em Brasília.

2. Ser mulher em um mundo masculino

Não havia muitas mulheres fazendo o curso de Matemática. Era exatamente assim. Naquela época, eram pouquíssimas as mulheres na área de exatas. Praticamente não existiam. Os colegas me achavam um ETzinho, como quem diz: “*O que ela está fazendo aqui?*” No começo, existia uma certa presunção de que eu não iria muito adiante e de que não entendia muito, eu percebi isso. Depois, ao longo do caminho, todos nós vamos nos conhecendo, então terminei fazendo excelentes amizades no curso, sem dúvida. Contudo, no começo, nos primeiros dois semestres, eu senti que havia uma certa resistência, mas isso superamos. Nada como olho no olho, conversa franca e também competência — isto é importante!

3. O primeiro emprego

Comecei a trabalhar nos Correios em 1960. Eu queria ajudar em casa. Éramos três irmãos. Assim que achei que tinha condições de fazer alguma coisa. Não era só pela oportunidade, achava que era meu dever fazer alguma coisa para contribuir em casa. Sempre fiz isso. Desde que comecei a trabalhar, achava que tinha que retribuir a meus pais o que eles fizeram por mim. Acho que isso faz parte do nosso aprendizado de vida. Tentei fazer a minha parte.

de Minas e Metalurgia em Ouro Preto e a Escola de Engenharia de São Carlos da USP. Cf. SILVA, Aline L. e TÁBOAS, Pl. Método histórico de Achille Bassi nos elementos de geometria descritiva. VII CIBEM. Montevideo, Uruguay, 2013. <http://cibem.semur.edu.uy/7/actas/pdfs/659.pdf> e SILVA, Aline Leme da. A contribuição de Achille Bassi para a matemática no Brasil. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa De Pós-Graduação em Ensino, História, Filosofia das Ciências e Matemática, 2015.



4. O trabalho no Ministério da Fazenda

O trabalho no Ministério da Fazenda era um trabalho duro. Estava na área normativa, não ia para as ruas. Nós tínhamos aquelas instruções normativas e toda a parte tributária. Eu estava especificamente na área de importação, na área aduaneira, não era a área de Imposto de Renda, etc. Tive a oportunidade de participar do General Agreement on Tariffs and Trade (GATT), na época — hoje é a Organização Mundial do Comércio (OMC) —, pelo Ministério da Fazenda. Até participei, em Genebra, de vários acordos, acordos sobre valor aduaneiro. Cresci muito. Para mim, acrescentou muito esse breve intervalo em que participei dessas negociações internacionais. Foi para mim um aprendizado fantástico, aprendi muito!

5. Brasília

Vim em 1978 para a Câmara. Para Brasília, vim em 1971. Eu estava no Ministério da Fazenda. Quando o Ministério se transferiu para Brasília, nós viemos para cá. Eu já estava casada e meu marido veio junto. Na época, ele trabalhava na Polícia Federal e, depois, trabalhou na Procuradoria da Fazenda Nacional. Ele veio para a Câmara junto comigo, no mesmo concurso, na mesma ocasião. Foi até interessante, porque eu fiquei em segundo lugar, e ele, em terceiro. As pessoas diziam que nós tínhamos colado um do outro, porque passamos juntinhos. Evidentemente, nós estudávamos juntos. Mas foi uma época muito boa. Viver em Brasília era bastante desafiador. Na verdade, vim para cá antes, em 1963. Vim para cá e trabalhei na Câmara, nos Correios da Câmara em 1963 e 1964. A cidade estava começando. Era muito interessante, porque era um Congresso muito diferente do que o que trabalhei quando retornei. Havia políticos de grande estatura: Pedro Aleixo²; Milton Campos³, no Senado; Afonso Arinos⁴; Bilac Pinto⁵; Adauto Cardoso⁶; Aliomar Baleeiro⁷. Eram realmente

² Pedro Aleixo (1901-1975). Advogado, Deputado Federal – MG (1935-1937; 1959-1966); Presidente da Câmara dos Deputados (1937); Ministro da Educação (1966); Vice-Presidente do Brasil (1967-1969). V.

http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/pedro_aleixo.html e https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pedro_aleixo

³ Milton Soares Campos (1900-1972). Advogado, Deputado Federal – MG (1945-1947; 1955-1959); Governador de Minas Gerais (1947-1951); Senador – MG (1959-1972); Ministro da Justiça e Negócios Exteriores (1964-1965). V. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc/audiencias-publicas/audiencias-publicas-2015/pec-18-2011/biografia-dep-milton-campos> e https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/milton_campos

⁴ Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990). Jurista, Deputado Federal – MG (1947-1951; 1951-1955; 1955-1959); Senador – GB (1959-1967); RJ (1987-1990), Ministro das Relações Exteriores (1961).



parlamentares que marcaram este País. Então, foi uma época, para mim, de grande aprendizado, que me abriu muito para o novo, para o que não conhecia. Foi muito interessante, foi muito bom.

6. A vinda para a Câmara

Eu era concursada no Ministério da Fazenda, era Auditora do Tesouro, mas tive vontade realmente, já que estava aqui em Brasília, de retornar ao Congresso. Fizemos a prova da Consultoria Legislativa, eu e meu marido. Aliás, parece ser desnecessário dizer que nós fizemos o concurso, mas não é. Hoje é um cargo concursado, mas na época era um cargo por indicação, era um cargo comissionado. Nós fizemos o primeiro concurso que existiu para a Consultoria Legislativa. Havia uma pressão política muito grande, então o Presidente da Casa, não podendo atender a todos, decidiu abrir concurso público, para lavar as mãos e assim nós entramos. Dali para frente, realmente, o cargo passou a ser somente para concursados.

Naquela época, como o cargo era comissionado, no início todos ficaram vinculados aos seus órgãos de origem. Depois é que realmente houve essa efetivação, digamos assim. Foi um processo, ao longo do tempo.

7. O trabalho na consultoria

Meu marido era da área do Direito Civil e eu era da área do Direito Tributário. Havia uma colaboração recíproca. Trabalhávamos na mesma sala, então realmente havia esse aspecto. Foi um aprendizado muito bom. Foram tempos que realmente me enriqueceram, em todos os sentidos. Nós elaborávamos os projetos de lei, a pedido dos parlamentares, elaborávamos pareceres das Comissões, dávamos assistência a todas as reuniões das Comissões, assessorávamos de modo geral.

⁵ Olavo Bilac Pereira Pinto (1908-1985). Advogado, Deputado Federal – MG (1951-1961; 1962-1966); Ministro do STF (1970-1978). V. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/olavo-bilac-pereira-pinto> e <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=224>

⁶ Aduato Lúcio Cardoso (1904-1974). Jurista, Deputado Federal – DF (1955-1958;1958-1962;1962-1967), Presidente da Câmara dos Deputados (1966); Ministro do Supremo Tribunal Federal (1967-1971). V. <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=191> e http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/adaucto.html

⁷ Aliomar de Andrade Baleeiro (1905-1978). Jurista, Deputado Federal – BA (1946-1959); Deputado Federal – GB (1963-1965), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1965-1975). V. <https://www.camara.leg.br/deputados/130897/biografia> e <http://www.stf.jus.br/portal/Ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=198>



A equipe era grande, mas era insuficiente. Era uma equipe razoável, mas realmente a demanda era muito forte, muito forte! E víamos a diferença, conforme o parlamentar, de como tínhamos que lidar com a matéria, com o assunto, porque nós tínhamos que atender evidentemente à solicitação do parlamentar, em que ele pedia que se desse determinado viés naquele projeto dele. Muitas vezes, ficávamos esbarrando na ilegalidade, na inconstitucionalidade, etc. Isso criava uma série de questões difíceis.

O que nós fazíamos? Muitas vezes nós elaborávamos o projeto, com a justificação do projeto bem convincente, etc., perfeito. Simultaneamente, tínhamos que fazer um *paper* para o deputado em que mostrávamos a inviabilidade do projeto, relacionando todas as razões. O gabinete tinha que receber e assinar, pois nós tínhamos que nos resguardar, porque no momento em que a imprensa, depois, caía em cima, com toda a razão, muitas vezes o deputado dizia: “*Ah, eu confiei na Assessoria. Entregaram-me esse projeto, presumi que estava tudo bem*”. Então, era muito importante que pontuássemos, em cada caso, qual era realmente a situação jurídica daquela proposição. Portanto, o trabalho era dobrado. Nós atendíamos ao pedido do parlamentar e, depois — isto nos dava muito mais trabalho —, fazíamos o *briefing* para explicar por que não podia ser apresentada aquela proposição. Mas, enfim, isso fez parte daquilo que nós realizávamos.

Acrescento apenas uma questão: a nossa Assessoria é uma assessoria institucional, da Casa, não era do parlamentar. Não éramos uma assessoria parlamentar. Então, nós atendíamos ao parlamentar, mas, evidentemente, tínhamos um posicionamento em relação ao papel da Casa, a como nos situávamos para fazer com que, dentro desta Casa, o enfoque realmente fosse adequado em termos jurídicos. Daí a importância de nós fazermos esse tipo de acompanhamento.

Havia dois tipos de parlamentares: aqueles que, obviamente, nunca mais nos pediam nada; e aqueles que, a partir dali, queriam que trabalhássemos só para eles. Ficava uma coisa um pouco complicada. Na prática, nós percebemos que existe uma reação do parlamentar quando nos colocamos dessa forma: ou ele passa a confiar no seu trabalho e a ter a preocupação de saber que o que ele apresenta tem legitimidade jurídica — daí para frente, ele procura encaminhar os trabalhos àqueles consultores que ele sabe que têm esse cuidado — ou ele realmente tem uma preocupação eleitoreira predominante. A este, evidentemente, não interessa trabalhar com esse tipo de assessor. Não o ajuda no que ele quer. Temos que entender isso.



No começo, eu não tinha muita clareza nem em relação a essas coisas, nem em relação a muitas outras. Aos poucos, vamos amadurecendo, tendo aquele *feeling* do que pode e deve ser feito ou não, nós vamos aprendendo muito ao longo do caminho, vamos aprofundando questões. Mas, sem dúvida nenhuma, é um trabalho extremamente rico.

8. Seminário no Congresso Americano

Certa vez fomos conhecer o funcionamento do Congresso americano. Foi interessante. Fiquei empolgadíssima com a Biblioteca do Congresso de lá. Eu me lembrei disso, porque nós estamos aqui na Biblioteca. É fantástica, algo que vale muito a pena! E não só em relação a outras bibliotecas de lá, mas a bibliotecas do mundo inteiro. Há muita coisa mesmo, naquela Biblioteca. Todo o tempo livre que tinha, eu ficava na Biblioteca. Foi muito enriquecedor para mim. Conhecemos vários parlamentares, assistimos a sessões do Congresso, vimos como era o trabalho. Achei muito interessante. Foi bem instrutivo e didático para nós aqui, para o nosso trabalho.

9. O posicionamento político do assessor

Eu acho que, na hora em que entrávamos aqui, nós deixávamos os nossos vieses partidários do lado de fora, porque aqui tínhamos que tratar igualmente a todos e servir a todos com a mesma dedicação, com a mesma integridade e com a mesma neutralidade, o que é muito importante. Senão, de repente, poderia tentar fazer com que as proposições do partido tal se sobressaíssem mais e fossem mais adequadas, e as do outro passassem mais ou menos para ele não se sair tão bem. Isso é totalmente inadmissível. Aqui dentro, nós éramos totalmente neutros. O que se fazia aqui era um trabalho só, não importando qual fosse o deputado que estava pedindo.

10. O trabalho na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças

Na minha carreira, o trabalho mais relevante foi, sem dúvida, a Constituinte, assim ainda considero. Mas nós assessoramos muitos simpósios importantes, como o simpósio sobre o Sistema Tributário Nacional⁸. Participamos de vários projetos e de grupos que eram constituídos, como na campanha do Presidente Tancredo Neves. Mas a Constituinte

⁸ Simpósio sobre Sistema Tributário Nacional, 10/9/81, Câmara Federal dos Deputados, Brasília.



realmente, sem dúvida, foi o ponto alto desse processo. Foi um aprendizado muito forte, muito grande. Foi mesmo um período de dedicação ao trabalho, que praticamente superou qualquer outro na minha vida.

Eu me recordo perfeitamente de que redigíamos, minutávamos os textos dos artigos e dos dispositivos. Passávamos a noite no Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen), revisando, elaborando. Passávamos a noite, literalmente. Houve dias em que amanhecemos aqui. Fomos para casa às 9h30min da manhã, eu e meu marido. Passamos mais de 24 horas sem sair da Casa, em momento algum. Alguém trazia um sanduíche de vez em quando, mas não saíamos para nada. Houve dias, na Constituinte, que foram incríveis. Nós ficávamos como zumbis, olhando uns para os outros. E você tinha que correr atrás. Foi um desafio, algo bem desafiador. Mas foi muito bom, porque a turma se solidarizava. Saía um, que trazia comida para todo mundo, enquanto o outro chegava. Até almofadas trouxeram para nós, coisas desse tipo, porque realmente tinha que haver essa reciprocidade de cada um fazer alguma coisa: agora eu, depois você. Era um trabalho que não poderia ser interrompido, por incrível que pareça. Foram dias assim. Os dias do Prodasen foram dias que jamais vou esquecer. Foi muito puxado. O pessoal ia digitando, e nós íamos corrigindo, olhando o tempo todo. Tal matéria seria votada a tal hora, e nós ainda estávamos redigindo aquilo que ainda teria de ser impresso, para depois serem distribuídos os avulsos. Era uma loucura, um movimento contínuo! Nós não parávamos, não parávamos.

Emendas, emendas, centenas de emendas: você tinha que catalogar as emendas, arrumar as emendas, separá-las por tema, por artigo. Era um trabalho muito minucioso, em que se precisava ter muito cuidado: *“Este daqui diz respeito a esse parágrafo, mas também àquele outro e àquele artigo lá...”* Então, você tinha que ter muito cuidado. Era um trabalho de análise, um trabalhinho de formiga mesmo. Você tinha de estar ali cuidando dos mínimos detalhes, para dar tudo certo.

Uma coisa muito gratificante na Comissão de que participei, a Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, foi que nós, os assessores, sentávamos à mesa e começávamos a redigir, trocar ideias — todos eram especialistas na área —, depois levávamos para a Comissão. Houve textos em que aquilo que escrevemos passou incólume e até hoje estão na Constituição sem que se mudasse uma vírgula. Eu digo: *“Olhem, isso aqui fui eu que escrevi, viu?”* É engraçado isso! É interessante, porque se mantiveram. Apesar de todas as votações, houve dispositivos que, como foram redigidos, estão hoje lá. Então, é um



orgulho para você abrir a Constituição e reconhecer uma coisa que você escreveu com a sua mão, com a sua letra. É interessante isso. O art. 150, item II, por exemplo, fui eu que escrevi. Aliás, perdão, houve a participação também de um assessor do Deputado Francisco Dornelles, que já faleceu, o Dr. Paturi. Nós debatemos e ficamos ali: *“Não, assim, assado... Isso aqui não, muda de novo”*. Nós escrevemos umas seis, sete ou oito vezes. No final, o último ajuste que eu fiz, ele o aceitou. E foi o que ficou. Então, ele ajudou também, sem dúvida nenhuma. Ninguém faz nada sozinho, isso é óbvio. Mas o interessante é que, da maneira que escrevi no final e deixei, ficou.

Na Comissão, vários deputados e senadores eram da área da Economia ou da área de Direito, ou tinham experiência. Mesmo assim, eles demandavam a assessoria. Muitas vezes era um trabalho braçal. Não havia como eles fazerem isso assim. Havia quem dispensasse o serviço da assessoria e havia os que requisitavam com mais frequência. Eram mais os economistas, porque os economistas nunca ficam muito à vontade diante de uma linguagem jurídica. Quando têm que escrever, que colocar no papel, eles têm a ideia: *“O que importa acontecer é isso”*. A partir dali, você que tem que dar a forma. O economista te diz o que ele quer, e você depois dá o contorno que a coisa tem que ter.

Para a Redação, ia tudo o que se tinha amadurecido nas reuniões das Comissões: *“Isto aqui vai ter tal forma; isto aqui será assim; isto aqui é assim”*. Eram ideias gerais. Dentro dessas vertentes, nós trabalhávamos para entrar nos detalhes, nas minúcias. E voltávamos com o texto para o deputado, para que escolhesse, entre as várias alternativas, qual seria a mais adequada. Nós levávamos os textos para o Relator, mas também para toda a Comissão, ou, pelo menos, com a maioria da Comissão, porque nunca estavam todos presentes, participávamos das reuniões com eles, e ali alguma coisa mudava: *“Não, isso aqui tem que dizer de tal forma, porque tem que atender a isso, assim e tal”*. Nós refazíamos. E alguns ficaram da maneira como nós escrevemos. É interessante isso. São memórias que nós guardamos e que são caras para nós.

11. A composição da assessoria da Comissão

Eu era especialista na área de Direito Tributário e, digamos assim, pontualmente, acredito que todos os que eram da área devem ter sido chamados. Eu praticamente dei



assistência a todo o desenrolar da Comissão. Nós continuamos a trabalhar normalmente⁹. Isso foi interessante, não ficamos à disposição da Constituinte, não. Nós tínhamos a nossa demanda normal e tínhamos que dar conta. Por isso é que virávamos dia e noite e tínhamos a sensação de que aquilo era absolutamente necessário, tinha que ser feito.

Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, o Ogib Teixeira de Carvalho Filho era da Assessoria de Orçamento. Então, ele foi assessorar a parte de orçamento. Eu e o Gustavo Volker Luedemann ficamos na parte do sistema tributário. No Senado, com oito assessores, o pessoal fazia mais rodízio e tal. Na Câmara, éramos só nós dois, realmente. Então, não foi brincadeira, não foi brincadeira! A Assessoria da Câmara era mais reduzida. Agora, nem sei dizer neste momento como é, mas era mais reduzida. Os recursos humanos eram bem menores. Realmente, para a Câmara, esse tipo de assessoria pesou muito mais do que para o Senado. Acredito, tenho essa sensação, pelo que via em termos de rotatividade dos assessores do Senado. Mas não tenho elementos, assim, para confirmar. Nós trabalhamos várias vezes em conjunto, só que no Senado era um hoje, e outro amanhã. E eu era sempre eu aqui.

Além dos assessores, a Comissão teve um número grande de assessores técnicos que vieram de fora do quadro. Eles eram pessoas de confiança de determinados parlamentares. Nem todos os parlamentares nos conheciam, evidentemente. Numa hora dessas, eles tinham que ter ao lado as pessoas em quem confiavam. Era mais do que natural que trouxessem os assessores técnicos, em cuja competência confiavam, para que se sentassem conosco, porque nós é que tínhamos que redigir e apresentar. Mas eles queriam que uma pessoa da confiança deles estivesse junto e acompanhasse, com toda a razão. Eu acho isso perfeitamente justificável. Inclusive, quero destacar o José Roberto Afonso¹⁰, economista, um dos assessores que o Deputado José Serra trouxe, que era uma pessoa extremamente preparada e nos ajudou muito. Ele não era da Câmara. Depois, ele foi para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), se bem me engano.

Trabalhávamos todos juntos sem distinção, de maneira comum. Trabalhávamos no gabinete parlamentar, na casa dele, na Biblioteca, nos nossos gabinetes, nas Comissões, nos

⁹ A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 não foi exclusiva, mas sim congressional, ou seja, o Congresso continuava paralelamente com suas funções e atividades habituais.

¹⁰ José Roberto Rodrigues Afonso



plenários das Comissões, onde nos sentávamos. Trabalhávamos onde fosse, dependendo do momento. No Prodasen, trabalhamos demais.

Nós vínhamos aqui aos fins de semana direto. Também ficávamos direto de plantão, porque havia coisas para ontem. Não tínhamos como aguardar a segunda-feira. Nós vínhamos aos fins de semana, muitas vezes. Às vezes, às seis horas da tarde, entravam quatrocentas e tantas emendas, e segunda-feira tinha que estar tudo em ordem. As coisas dependiam da demanda, do que acontecia, porque era o Congresso inteiro voltado para aquilo. Demandas vinham constantemente dos eleitores, do núcleo partidário de cada um, da sua origem, do interior do seu Estado. E os deputados diziam: *“Recebi isso assim e assim e tenho que fazer alguma coisa. O que você acha?”* Nós tínhamos que nos debruçar sobre aquilo e ver o que podia ser feito. Às vezes, o capítulo do projeto já estava praticamente fechado, redigido, e de repente chegava um monte de coisa que o deputado pedia para você ver o que dava para aproveitar. E você tinha que tentar.

12. As condições de trabalho

Toda a aparelhagem com que lidávamos na época já está superada. Mas, na época, nós tínhamos o que havia de melhor. Não podíamos nos queixar. Na época, em termos de recursos técnicos, fomos bem aquinhoados. Não vejo do que pudéssemos nos queixar não. Realmente havia uma carga muito grande, mas nós dispúnhamos do material de que precisávamos dispor.

13. A Subcomissão e a Comissão

A Subcomissão¹¹ era só, praticamente, sistema tributário. Nós estávamos realmente só cuidando do capítulo do sistema tributário. Quando passamos para a Comissão¹², juntamos tudo: orçamento, finanças. Tentamos coadunar coisas que estavam meio desligadas e que precisavam de um tratamento mais apurado. Os deputados atuaram fortemente tanto na Subcomissão quanto na Comissão, mas o Relator, na Comissão, já estava com todo o material pronto, já conhecia em profundidade a matéria. Nós já tínhamos discutido exaustivamente sobre cada ponto. Então, quando ele se reunia com a Comissão, ele já tinha outra bagagem

¹¹ Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas

¹² A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças era composta das Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira; e Subcomissão do Sistema Financeiro.



para conseguir realmente se colocar dentro do tema e mostrar aos outros determinadas peculiaridades que muitas vezes escapavam a quem não tinha acompanhado todos os debates.

Nós trabalhávamos o tempo todo o anteprojeto com o Relator. Trabalhávamos junto com os assessores dos parlamentares, trabalhávamos com os assessores do Senado, enfim. O que nos dava mais trabalho eram as emendas, pela quantidade. A questão era quantitativa. Realmente, nós tínhamos que olhar uma por uma, sentar, discutir e ver o que poderia ser aproveitado ou não. O tempo que se gastava com as emendas era muito grande, muito grande. Muitas eram grandes, entravam em muitos temas diferentes. Tínhamos que separar. A mesma emenda, às vezes, falava de coisas completamente distintas. Tudo isso eram coisas que tínhamos que elaborar e esmiuçar.

Parece que houve uma ocasião em que nós fomos chamados a examinar uma ou duas emendas populares. Aliás, nem foi nem sobre o sistema tributário, se bem me lembro. Foi alguma coisa outra. Esporadicamente, nós colaborávamos com outras áreas. Numa dessas ocasiões, se bem me lembro, nós nos debruçamos sobre algumas emendas que eram realmente populares. Mas não era um trabalho normal. Noventa por cento do nosso trabalho não dizia respeito a emendas populares.

Trabalhar na Constituinte era diferente de trabalhar em uma Comissão Permanente da Casa porque a publicidade era de outro nível. A imprensa acompanhava tudo, muito de perto. Não era uma coisa esporádica, quando algum tema chama a atenção, e a imprensa vai lá registrar. No dia a dia, não se sabe o que está acontecendo na Comissão. Eu assessorava a Comissão de Finanças, e havia muita coisa que foi votada lá de que a imprensa mal tomou conhecimento, muito menos a população. Na Constituinte, não. A Constituinte era realmente o palco, a vitrine onde tudo acontecia. Uma vez ou outra, os jornalistas nos procuravam com pedidos de informações porque técnico não é um bom cliente para o jornalista. O jornalista quer saber em que a opinião pública vai realmente se meter. Quando é uma coisa extremamente técnica, geralmente ele não tem muito interesse.

14. A assessoria aos políticos

Na época da Constituinte, como os Deputados José Serra¹³ e Francisco Dornelles¹⁴ estavam à frente da Comissão que tratava do sistema tributário, trabalhei muito com os dois.

¹³ José Serra Chirico (1942-). Economista, Deputado Federal – SP (1987-1991; 1991-1995). Ministro do Planejamento (1995-1996); Ministro da Saúde (1998-2002); Governador de São Paulo (2007-2010); Ministro



Esses foram os deputados com quem eu mais trabalhei em todas as fases da Constituinte. Eles se entendiam bem. Mas os interesses eram bem distintos. O Serra era sempre mais voltado para a área produtiva, para a área empresarial, etc., e o Dorneles tinha mais um viés de Estado, de governo. A interlocução era boa, sem dúvida nenhuma.

Inclusive, eu ia muito à casa do Deputado José Serra, porque não dava para terminar tudo ali. Às vezes, eu ia cedinho. Às oito horas, eu saía para o apartamento dele e ficava lá, esperando ele se levantar e vir sentar comigo, para me dar algumas orientações. Ele olhava e dizia: “*Não, vamos mudar isso aqui e tal*”. Nós tivemos essa participação, que é fora dos muros da Casa. Ocorria na casa dos parlamentares. Na casa do Deputado José Serra, nós fizemos muita coisa.

A comissão também tinha deputados bem preparados, por exemplo, deputados como Irajá Rodrigues¹⁵, que foi um deputado que se dedicou muito. Eu trabalhei muito com ele, muito. Ele estava sempre correndo atrás. Houve muitos deputados que tiveram uma atuação marcante. Mas a Comissão era grande. Eu teria que ter todos os nomes na minha frente para dizer: esse sim, esse nem tanto, porque realmente fica difícil.

Houve uma época em que eu e o meu marido fomos designados para assessorar o Deputado Ulysses Guimarães¹⁶ na Casa¹⁷ dele. Era muito interessante, porque ficávamos a tarde inteira lá. E ele era uma criatura incansável. Era observador, metucioso, extremamente cooperativo, extremamente aberto. Era um prazer trabalhar com ele, era realmente um prazer! Lembro que nós íamos para a casa dele, eu e o meu marido. Íamos nós dois à casa dele, porque eram vários dispositivos de vários assuntos, não somente tributários. Era um leque

das Relações Exteriores (2016-2017); Senador – SP (2015-2023). Foi Relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. V. <https://www.camara.leg.br/deputados/65495/biografia> e <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/90>

¹⁴ Francisco Dornelles (1935-). Economista, Deputado Federal – RJ (1987-1991; 1991-1995; 1995-1999; 1999-2003; 2003-2007; Ministro da Fazenda (1985); Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (1996-1998); Ministro do Trabalho (1999-2002); Senador – RJ (2007-2014); Governador do Rio de Janeiro (2015-2019). Foi Presidente da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças.

¹⁵ Irajá Andara Rodrigues (1936-). Advogado, Deputado Federal - RS (1983-1987; 1987-1991).

¹⁶ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.

¹⁷ Residência Oficial do Presidente da Câmara dos Deputados.



grande. Nós dois fomos destacados para ficar cuidando disso. Eu me lembro como se fosse hoje: a casa dele tinha uma mesa. Sabe aquelas mesas de revista em quadrinhos, aquelas mesas compridas onde fica uma pessoa sentada aqui, numa extremidade, e outra lá na outra? Era desse tipo. Nós trabalhávamos a tarde toda, e ele ficava ali. Sentávamos no escritorzinho dele. Numa certa hora, quando estávamos exaustos, lá pelas 19h30min, ele dizia: “*Vamos parar e tomar uma sopinha*”. Daí, parávamos, e a senhora que trabalhava para ele vinha com a sopinha. Fazia um pratinho para mim e para o meu marido, que ficávamos nessa extremidade. Nós íamos para a outra sala, sentávamos àquela mesa. Eu ficava aqui, o meu marido ali, e lá no outro canto ficava ele com a sopinha dele. Nem dava para falar, porque a distância era grande. Tinha que ficar comendo a minha sopa, e ele com a sopinha dele do outro lado. Ele era uma criatura extremamente doce. Terminávamos tudo, voltávamos novamente para o escritório e mandávamos brasa! Tenho inclusive a minha Constituição com a dedicatória “*À amiga Ada Stella*”. Guardo-a com muito carinho. E o meu marido também recebeu a dedicatória dele e tudo o mais. Em várias ocasiões, continuei trabalhando para o Deputado Ulysses Guimarães. Nós caminhamos bastante e tivemos muitas experiências marcantes durante esse período. São recordações de que não nos esquecemos.

15. As pressões na Comissão

Quando se fala de dinheiro, a coisa complica demais. A Comissão foi muito difícil, porque era do interesse dos Estados. Qual era o quinhão, qual era a parcela dos Estados? Qual era a parcela dos Municípios? Qual era parcela da União? Essa era uma briga que não tinha tamanho! Eram contas, e contas, e contas, o tempo todo. E fazer contas era fundamental. Realmente era uma área extremamente sensível. Os governadores acompanhavam o tempo inteiro. Os prefeitos desciam para cá, acompanhavam o tempo inteiro, ficavam em cima de nós. Era uma coisa, assim, constante, porque o que se estava definindo é o que caberia a cada um.

Também da parte de muitos parlamentares, não havia o cuidado de dizer de onde viria a receita, de onde viria o dinheiro para pagar as atribuições. E realmente era uma das coisas em que tínhamos que bater constantemente. “*Qual é a fonte de recurso?*” Isso acontecia mais na área de orçamento do que propriamente na nossa área. Na nossa, acontecia também, mas, na área de orçamento, isso era mais nevrálgico.



Houve o caso da tributação da energia que passou a ser deixou de ser no estado de origem e passou a ser no estado de destino, mas eu não saberia dizer agora o que aconteceu em termos de evolução dessa receita, para dizer até que ponto houve ou não distorção e em que medida ocorreu. Houve o problema dos combustíveis também, no caso do Rio de Janeiro, que foi contemplado. Enfim, havia muitos interesses em jogo. O tempo inteiro era só um jogo de interesses. Então, era muito complexo fechar esse quebra-cabeça.

Os *lobbies*, na Constituinte também chegavam a nós, esperando que influenciássemos os Deputados, coisa que nunca nos prestamos a fazer. Simplesmente informávamos: “*Neste momento, o quadro é este. É isso que nos cabe dizer, mais nada. O resto não é conosco, não é a nossa função. Não é atribuição nossa*”.

16. A audiência da Febraban

A Comissão fez apenas uma audiência, para tratar da questão dos bancos. Os bancos pesam muito. Quando a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) entra no esquema, a coisa pesa. Realmente foi feita essa audiência pública, mas eu não a assessoriei. Outro colega a assessorou. Eu não participei dela. Sempre havia assessores participando. Essa tratava mais da parte financeira, e não da parte tributária. O que se discutia ali era o sistema financeiro, e não o sistema tributário. Então, nessa daí, especificamente, eu não tive atuação.

17. 12% de juros

Eu não colocaria a aprovação, na Comissão, dos 12% dos juros, na conta dos detalhes da Constituição. Mas essas são as injunções a que acabamos nos sujeitando. Acompanhei o tempo todo a Comissão, mas não estava lá no momento dessa aprovação. Não participei dessa redação. Houve *lobbies*, houve interesses muito fortes nisso. Tenho certeza de que muitos parlamentares que conheci eram contrários, mas isso acabou ficando. Acabaram cedendo a muitas coisas, mas não cabe a mim analisar os motivos.

18. Depois da Comissão

Após o encerramento dos trabalhos da Comissão, continuávamos sempre em contato com os parlamentares que assessoramos. Eles continuavam a demandar que acompanhássemos o Plenário. Ficávamos rodando pelo plenário e avisávamos a eles, no gabinete, o que estava acontecendo. Muitas vezes eles falavam: “*Nesse momento, eu preciso*



estar lá”. Muitas vezes prestávamos uma assessoria que não era bem uma assessoria legislativa, mas quase uma assessoria parlamentar, quando o nosso papel não era exatamente esse. Isso acontecia pela familiaridade e pela confiança recíproca que muitas vezes criamos com alguns parlamentares. Eles diziam: *“Fica aqui no plenário junto comigo. Não desgrude, porque a qualquer momento pode acontecer algo”*. Então, ficávamos ali, juntos. Não obstante, cada deputado tinha o seu assessor e tinha que se entender com ele. De vez em quando nós negociávamos, assessor com assessor: *“O que você acha de nós abirmos mão disso e vocês abrirem mão daquilo?”*

19. A percepção da Constituinte

Nós estávamos na Casa, víamos os movimentos, acompanhávamos a demanda pela Constituinte. Mas, como éramos bastante ocupados, ficávamos com o nosso dia a dia, porque não podíamos deixar de...: *“A tal hora, tem reunião em tal Comissão, e eu tenho que estar lá”*. Eu, por exemplo, assessorava a Comissão de Finanças. Então, constantemente tinha que estar na Comissão de Finanças, vendo uma coisa e outra, e atendendo às demandas de todos os parlamentares da Casa. Como a minha área era a tributária, tudo o que dizia respeito ao tributário vinha para as minhas mãos, quer dizer, para as mãos do grupo de Tributário. Não era só eu.

Já durante a Constituinte, o que mais chamou nossa atenção foi a participação da sociedade, a participação dos grupos que vinham e acompanhavam as reuniões, o envolvimento de todos, principalmente da imprensa, tudo foi extremamente ativo, muito vivo, muito perceptível. A imprensa acompanhou bem. Acho que até uma fração da população acompanhou bem. Agora, como estávamos tão assoberbados de trabalho, não tínhamos muito tempo para olhar à nossa volta e ver o que estava acontecendo, por incrível que pareça. Estávamos, assim, mergulhados. Era como se, lá dentro, estivéssemos fora do mundo. Mas valeu.

20. A extensão da Constituição

Eu acho que na Constituinte não houve pedidos extravagantes de assessoria, porque era um momento de se escrever a Carta do País, não era momento de se apresentar projeto de lei para se promover. Então, havia a consciência de que iria ser expurgado do texto tudo aquilo que realmente extrapolasse o objetivo de uma Constituição. Aliás, como todo mundo já



disse, ela foi extremamente detalhista. Ela deveria ser a décima parte do que ela é. Acontece que havia muitos interesses, muitos *lobbies* que faziam questão de assegurar direitos ali. Não se abria mão de que se especificasse determinada situação e se dissesse o tratamento que ela teria. Isso foi uma constante, e os próprios parlamentares tiveram que se curvar a isso. Cada um deles tinha os seus interesses, e havia os *lobbies* que faziam pressão sobre eles. Então, a Constituição foi crescendo, foi inchando, foi se agigantando ao longo da sua caminhada. Ela começou muito mais simples, muito mais enxuta. Começou do zero. Dividimos as temáticas, tivemos que criar as Comissões. Mas acho que não faria diferença se tivesse existido uma Comissão que tivesse feito um trabalho prévio, porque a pressão foi muito grande. Penso que as coisas que tinham que acontecer aconteciam. É o que penso. Mas acho que, sem dúvida, temos uma Carta fantástica, apesar de tudo. Ela não precisava ser tão detalhista, mas realmente foi um avanço extraordinário. Eu acho isso. Ela foi um avanço extraordinário.

21. A Comissão e a Constituição

A questão da repartição das receitas entre União, Estados e Municípios, o Fundo de Participação de Estados e Municípios¹⁸, foi um dos temas mais controvertidos, o que causou mais controvérsias, trouxe mais dificuldades para se conseguir chegar a um meio-termo que atendesse a todos. Eu não sei dizer se ficou bem dividido, mas foi o que se pôde conseguir na época. Acredito que na época tenha atendido. Depois, com o tempo, parece que começou a haver certa defasagem, e as coisas tiveram que ser alteradas. Esses percentuais foram alterados várias vezes. Hoje, acredito que não atenderia.

Quanto às questões mais tranquilas, de repente as imunidades tributárias¹⁹, que são mais ou menos tranquilas. As imunidades tributárias se referem àquelas coisas que não se taxam, como livros, jornais, periódicos, templos, uma série de coisas que, já na Constituição anterior, não eram taxadas. Isso se manteve como estava ou foi praticamente pouco mexido. Houve *lobby*, mas, de modo geral, eu não vi nenhum deputado se empenhar em tributar. Pelo menos não me lembro de ter visto. Isso foi uma coisa mais ou menos tranquila, a meu ver. Essa é a minha avaliação, mas posso estar equivocada, evidentemente.

¹⁸ Constituição Federal, Art. 159, I, b.

¹⁹ Constituição Federal. Art. 150, VI.



Houve várias coisas aprovadas na Comissão e que não chegaram a vingar na Constituição. Pelo caminho nós fomos deixando muita coisa. Muita! Mas não saberia agora te dizer exatamente alguma coisa. Eu sei que tivemos que abrir mão de muita coisa. Os próprios parlamentares tiveram que abrir mão de muita coisa ao longo da negociação, como ocorre em qualquer projeto. Para ser aprovado um projeto de lei que tem uma repercussão grande, sempre se tem que abrir mão de alguma coisa. Ao final, no sistema tributário, eu acredito que acabou fechando dentro daquilo que era para fechar, a meu ver, dentro da minha percepção, que eu não sei se é correta. Acho que foi aquilo que tinha que ser.

Também acho que não há uma obsolescência do sistema tributário e a ordem econômica, tratados nos Títulos VI e VII. É preciso atualizar algumas coisas, porque a nossa economia mudou. Ao longo das décadas a economia muda, e muito. Hoje, o nosso panorama produtivo nacional é bem diferente do que era naquela época. Hoje, talvez, devêssemos ter instrumentos um pouco diferentes, um pouco mais ágeis, um pouco mais capazes de abranger situações que ali não foram previstas. Isso é natural. Mas isso não é um pecado da Constituinte. Naquela época foi feito o que era para ser feito. Claro que, com o tempo, as adequações se fazem necessárias, como em qualquer projeto de lei. Evidentemente que muitas emendas constitucionais saíram, mas muita coisa, quando não havia interesse de grupos muito fortes em cima, não foi mexida quando poderiam e deveriam ter sido atualizadas.

A constituição do nosso sistema produtivo hoje é tão diferente do daquela época que fica mais ou menos claro que hoje nós deveríamos dispor de instrumentos que naquela época não eram absolutamente necessários. Mas isso é uma coisa natural, não é uma crítica. A Constituinte fez o que deveria ter sido feito então. Se a fizéssemos hoje, provavelmente, outras situações deveriam ser contempladas, principalmente nessa área das atividades virtuais, de todo um mundo de serviços que existe hoje e que era absolutamente desconhecido. Acredito que hoje isso deveria ter um tratamento específico e um tanto diferente. Mas essa é a conjuntura do progresso, da própria evolução do mercado.

22. A descentralização dos recursos

Essa é uma questão muito complexa, principalmente no que se refere a Município. Eu acho que a tributação é muito pouco eficaz no Município, porque o prefeito está ao lado do eleitor: toma cafezinho com ele na esquina, conhece todo mundo, encontra com todo mundo na pracinha. Como ele quer se reeleger, ele não vai tributar. É simples assim. O que acontece?



Não adianta você aumentar a competência tributária dos Municípios e dos Estados — nos Municípios é muito mais grave e nos Estados pequenos também é complicado —, porque, pela sobrevivência, entre optar pela continuidade da sua carreira política ou pela tributação, o político fica com a primeira opção. Depois ele sempre chega ao Planalto de pires na mão, porque está sem dinheiro. Você dá mais competência, e ele continua sem dinheiro e continua pedindo ao Planalto, porque é muito fácil vir aqui pedir para atender as demandas do Município, sem sobrecarregar o amigo que está ali na esquina, pois vai depender do voto dele para retornar. Essa é uma situação complexa nesse sentido.

Eu tenho visto isso o tempo inteiro. Eu deparei, no interior de Estados do Nordeste, com situações inimagináveis: pessoas, como motoristas de táxi, que me declaravam que simplesmente não pagavam imposto. Você fica perplexo. Como não paga imposto? Se existe imposto, não há o que discutir! Se não tem uma isenção legal, tem que pagar! Mas a coisa não é bem assim. Ao mesmo tempo, há essa crônica falta de recursos nos Municípios, que estão sempre sem dinheiro para nada.

Essa questão da divisão das competências é muito complicada, porque no âmbito da União essa competência é exercida de uma maneira; no âmbito dos Estados, é de outra completamente diferente; e, no âmbito dos Municípios, é de outra. Então, na prática, ela fica no papel.

Na minha perspectiva, o Estado Central, a União recolhe melhor porque ela está longe do contribuinte. Ela pode tributar o que você recebe. O Estado também. O Imposto sobre Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS) já está incorporado na mercadoria. O que está na mercadoria e no serviço você paga, não é? É verdade que nós pagamos impostos demais, mas não é por culpa da Constituinte. Na Constituição só está a previsão dos impostos. As alíquotas, o que o sujeito vai pagar não é a Constituição que fala. Ela só prevê que são da competência da União tais impostos; dos Estados, tais impostos; e dos Municípios, tais impostos. E cada um deles vai legislar. Essa legislação é que vai determinar realmente o que cada um vai recolher e como. Isso não é culpa da Constituição, certo? A legislação pode ser alterada, não é?

23. A tributação e a Constituição

A carga tributária é grande no Brasil. Isso não é uma questão de achar. Esse é um dado concreto, estatístico. Que o Brasil é um dos países com mais alta tributação do mundo é



notório, é conhecido. Isso não se trata de opinião. Trata-se de fato reconhecido por todos. E, realmente, o retorno que o Estado dá em relação ao que ele arrecada deixa muito a desejar. Esse também é um dado com o qual todos concordam. O retorno não corresponde. Isso nós sabemos. Sempre se soube disso. Era assim também na época da Constituinte, sempre foi. Eu acredito que agora não. A tributação tem aumentado progressivamente. Mas, realmente, os serviços públicos sempre foram muito aquém daquilo que nós poderíamos esperar que o Estado prestasse.

A nossa Constituição é muito detalhista, evidentemente, isso faz com que haja muito mais necessidade de corrigir coisinhas do que se a Constituição fosse uma coisa mais enxuta. Se ela fosse só de generalidades, evidentemente, não teríamos essa necessidade. Como ela é extremamente detalhista: *“Isso aqui já não está funcionando bem, por isso e isso assim. Isso aqui agora precisa mudar, porque aconteceram tais e tais fatos que modificaram...”*. Então, às vezes, procede; outras vezes, pode não proceder. Para isso, teria de haver um estudo caso a caso para nós vermos em cada emenda até que ponto ela realmente se justifica ou não.

Entretanto, o fato de a nossa Constituição ter esse formato enseja uma multiplicidade de emendas constantes, coisa que normalmente na Constituição, como é entendido que a Constituição idealmente deveria ser, isso não ocorre. As emendas são pouquíssimas. Na nossa, não. A cada ano, tem-se que aprovar uma série de emendas para fazer ajustes pontuais em questões que a Constituinte disciplinou e que precisam ser revistas. E, quanto mais ela é detalhista, evidentemente, mais se faz necessário correr atrás para corrigir as distorções que vão surgindo ao longo da evolução, ao longo da caminhada. Então, isso é um fato, não há dúvida.

24. Avaliação do trabalho da Comissão

Foi um trabalho, pelo que houve de improvisação, muito benfeito. Improvisação porque, a cada dia, surgiam fatos novos, situações novas. Quando já estava tudo pronto, alguém dizia que teríamos que mudar tudo. É uma coisa de ficar correndo atrás. A cada momento, mudava-se o rumo: *“O barco estava indo para cá, mas agora vamos dar aqui uma guinada de não sei quantos graus”*. Houve muita improvisação, mas não no sentido negativo, não no sentido de que ninguém soubesse o que estava fazendo. Não, não. É porque realmente os fatos se sucediam, as demandas chegavam de repente e pareciam bem fundamentadas. Já estava tudo fechado e se tinha que considerar aquilo. Era um fato novo que vinha, e dizíamos:



“Nós não podemos deixar isso de lado. Temos que rever isso aqui”. Isso acontecia constantemente. Então, é improvisação nesse sentido de se estar sempre diante de situações novas que o obriguem a repensar aquilo que se achou que já estava mais ou menos definido. Mas faz parte da política. Ainda bem, não é? Pior se nós não considerássemos: *“Ah, já está pronto. Deixa como está”*. Foi uma improvisação produtiva que nos estimulava, cada vez, a ampliar, a criar coisas novas. E valeu. Foi boa. Foi muito boa.

25. Avaliação da Constituição

É uma boa Constituição, sem dúvida. Ainda hoje ela deixa muitas constituições para trás. De vez em quando, pego constituições de outros países, olho e, raramente, eu acho que a do outro país está melhor. Geralmente a nossa está melhor, na minha avaliação pessoal. Todo o capítulo dos direitos sociais e dos direitos individuais, principalmente, eu acho que está muito. Está bastante mais completo que o de muitas outras constituições. Eu acho que valeu.

26. Avaliação do trabalho da Assessoria na Constituinte

De modo geral, a Constituinte nos deu oportunidade de privar mais com o parlamentar do que no dia a dia do nosso trabalho, em que nós só mandávamos para o gabinete dele o que ele nos pedia e pronto. Quando havia alguma dúvida, ele nos contatava, nós íamos lá dar explicações e encerrávamos o nosso contato. Na Constituinte, não. Como foi um trabalho de meses e meses em que convivíamos diuturnamente, percebíamos realmente as dificuldades que muitas vezes eles tinham para atender às demandas. Víamos a pressão que era exercida sobre eles. E, no dia a dia do trabalho, não tínhamos essa visão na inteireza que tivemos durante o trabalho da Constituinte.

Às vezes tentávamos uma solução. Até íamos para casa com aquilo na cabeça: *“Como vamos resolver isso?”* E no dia seguinte trazíamos para o parlamentar duas ou três alternativas. Então, eu acho que essa atividade humanizou bastante o nosso trabalho aqui na Câmara dos Deputados. Foi muito bom. Sem dúvida, foi uma coisa muito rica para mim, pessoalmente.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e de recordar esses momentos, toda essa caminhada que foi feita. É uma coisa que vale a pena realmente de vez em quando trazermos à tona, porque foi uma experiência para este País que realmente não dá para esquecer, nem se pode negligenciar sua importância. Ela foi muito importante.



FICHA TÉCNICA

1. Data: 28/05/2018
2. Local: Sala de Obras Raras - Cedi
3. Duração: 1h12min
4. N° do arquivo: E012
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota – P_6741
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota – P_6741
7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère – P_7479 (produtora) Roberto Guery – P_913.327 (cinegráfiista) e Roberto Bispo – P_3.002.831 (assistente de cinegráfiia)
8. Fotografia: Michel Jesus (P_914-673)
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 03/07/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota – P_6741